



**AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS  
DO ESTADO DO CEARÁ - ARCE**

Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista de Regulação  
Advogado**

Caderno de Prova, Cargo C03 , Tipo 001  
000000000000000000  
00001-001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

**P R O V A**

**Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos I**

**INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE:**

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**FUNDAMENTOS DA ECONOMIA**

1. É um dos motivos para que ocorram as chamadas falhas de mercado, ou seja, situações em que os mercados não funcionam de forma a assegurar a eficiência econômica:

- (A) grande número de compradores e vendedores.
- (B) economias de aglomeração.
- (C) economias constantes de escala.
- (D) mercado pulverizado.
- (E) informações assimétricas.

2. Os economistas definem curto prazo como sendo o período de tempo em que pelo menos um dos fatores de produção é fixo. Na análise econômica dos custos de produção, no curto prazo,

- (A) o valor do custo médio é mínimo quando for igual ao valor do custo marginal.
- (B) os custos fixos médios são constantes.
- (C) os custos variáveis médios são constantes.
- (D) o valor do custo marginal é mínimo quando for igual ao valor do custo médio.
- (E) a diferença entre o valor do custo médio e do custo variável médio é sempre igual, qualquer que seja o nível de produção.

3. Na teoria microeconômica convencional, o equilíbrio de uma empresa em qualquer tipo de mercado é alcançado quando

- (A) o preço de mercado for igual ao custo médio de produção.
- (B) a receita marginal for igual ao custo marginal.
- (C) o preço de mercado do produto for igual ao custo marginal.
- (D) a receita média das vendas for igual ao custo médio de produção.
- (E) o preço de mercado for superior ao custo marginal.

4. É característica do monopólio natural
- (A) o controle estratégico do recurso natural necessário à fabricação do produto.
  - (B) a autorização legal concedida pelo governo para exploração de um recurso natural por uma única empresa.
  - (C) a propriedade de uma patente que impeça as outras empresas de fabricar o produto.
  - (D) a existência de economias de escala significativas no longo prazo.
  - (E) a existência de discriminação de preços de terceiro grau.

5. Considere as proposições, a seguir, relativas ao processo de desestatização ocorrido na economia brasileira nos anos 90:

- I. A desvalorização cambial promovida pelo Governo no início de 1999 veio dar um novo impulso ao processo de privatização das empresas estatais dos setores de siderurgia e da indústria química.
- II. A fase de privatização, na primeira metade da década de 1990, privilegiou o setor de serviços públicos, com destaque para os setores de telecomunicações e de energia elétrica.
- III. O processo de privatização teve entre seus objetivos o de utilizar os recursos das vendas das estatais para reduzir o estoque da dívida pública e torná-lo menos sensível às variações das taxas de juros.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

**REGULAÇÃO**

6. Tendo em vista as modalidades de extinção do contrato de concessão para a prestação de serviços públicos, ocorre a encampação quando há

- (A) rescisão unilateral do contrato de concessão por motivo de interesse público.
- (B) rescisão por inadimplemento contratual.
- (C) desinteresse da concessionária em prosseguir na execução do serviço.
- (D) previsão para a extinção do contrato após decorrido o prazo estabelecido.
- (E) perda do objeto relacionado à prestação do serviço.

<p>7. A legislação vigente prevê algumas hipóteses em que o concessionário pode, licitamente, paralisar ou interromper a execução do serviço. Dentre essas hipóteses incluem-se</p> <p>(A) razões de ordem técnica ou segurança das instalações e imposição de prazos rigorosos ao contratado.</p> <p>(B) inadimplemento do usuário e razões de ordem técnica ou segurança das instalações.</p> <p>(C) inadimplemento do usuário e aplicabilidade da <i>exceptio non adimplemanti contractus</i> contra a Administração por descumprimento de normas contratuais.</p> <p>(D) desinteresse da concessionária em continuar a prestar o serviço e razões de ordem técnica ou segurança das instalações.</p> <p>(E) ausência de fiscalização pelo poder concedente e inadimplemento do usuário.</p>	<p>10. São agências previstas especificamente como órgãos reguladores pela Constituição Federal de 1988:</p> <p>(A) Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Agência Nacional de Águas (ANA).</p> <p>(B) Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e Agência Nacional de Petróleo (ANP).</p> <p>(C) Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e Agência Nacional de Petróleo (ANP).</p> <p>(D) Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).</p> <p>(E) Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Agência Nacional de Transporte Aquaviários (ANTAQ).</p>
<p>8. São princípios inerentes ao regime jurídico de concessões dos serviços públicos:</p> <p>(A) qualidade e irregularidade.</p> <p>(B) cortesia e pontualidade.</p> <p>(C) faculdade de prestação e neutralidade.</p> <p>(D) insegurança e gratuidade.</p> <p>(E) modicidade nas tarifas e universalidade.</p>	<p>11. O Projeto de Lei que dispõe sobre a organização e o controle social das agências reguladoras estabelece, no que toca à interação entre as agências reguladoras e os órgãos de defesa da concorrência, que</p> <p>(A) as agências, no exercício de suas atribuições, quando tomarem conhecimento de fato que possa configurar infração à ordem econômica, deverão comunicar aos órgãos de defesa da concorrência para as providências cabíveis.</p> <p>(B) a instrução de processos administrativos para posterior envio às agências para julgamento cabe ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).</p> <p>(C) os órgãos de defesa da concorrência na análise de atos de concentração não poderão solicitar pareceres técnicos às agências.</p> <p>(D) os órgãos de defesa da concorrência devem fiscalizar as práticas de mercado para auxiliar as agências na observância do cumprimento da legislação de defesa da concorrência.</p> <p>(E) a decisão final a respeito de atos de concentração e condutas anticoncorrenciais cabe à agência.</p>
<p>9. Antes da edição da Constituição Federal e das agências reguladoras que foram criadas após 1988, já existiam entes estatais com funções reguladoras, dentre os quais inclui-se o</p> <p>(A) Departamento Nacional do Açúcar.</p> <p>(B) Instituto Nacional do Café.</p> <p>(C) Instituto do Café e Álcool.</p> <p>(D) Departamento Nacional de Energia Elétrica.</p> <p>(E) Departamento Nacional do Petróleo.</p>	<p>12. Dentre as características que denotam as atividades das agências reguladoras, enquanto autarquias de regime especial, inclui-se a</p> <p>(A) personalidade jurídica de direito privado.</p> <p>(B) instabilidade dos mandatos de seus dirigentes.</p> <p>(C) dependência financeira.</p> <p>(D) autonomia em relação à Administração Direta.</p> <p>(E) dependência patrimonial.</p>

<p>13. A existência de agências reguladoras relaciona-se</p> <p>(A) à fiscalização ou à regulamentação de determinado setor da economia ou em especial de atividades que envolvam utilidades públicas.</p> <p>(B) à regulação de uma atividade de relevância privada.</p> <p>(C) à crescente desnecessidade de especialização funcional e capacitação técnica para o exercício da atividade regulatória.</p> <p>(D) a um novo estágio da regulação estatal marcado pela identidade entre o prestador do serviço essencial e o ente encarregado de regulá-lo.</p> <p>(E) à política de centralização por parte do poder público no sentido de designar parcela significativa da regulação a órgãos reguladores.</p>	<p>16. Ao receber denúncia sobre irregularidades no setor econômico regulado, o agente regulador, nos limites de sua esfera de competências, deve decidir se averigua ou não tal fato. Essa decisão possui natureza de ato administrativo</p> <p>(A) misto, ora vinculado e ora discricionário, a depender da situação de fato que se apresente perante o agente regulador.</p> <p>(B) discricionário, sujeito ao juízo de conveniência e oportunidade, visando a um maior atendimento ao interesse público.</p> <p>(C) vinculado e inafastável ao agente regulador.</p> <p>(D) vinculado, com necessidade imediata de autuação diante de denúncia apresentada.</p> <p>(E) discricionário, com necessidade de autuação diante de denúncia apresentada.</p>
<p>14. Ao normatizar, a agência reguladora</p> <p>(A) cria, extingue ou modifica direitos dos administrados, a bem do pleno atendimento ao interesse público.</p> <p>(B) torna exigível disposições legais já existentes visando ao pleno atendimento ao interesse público.</p> <p>(C) estende os mandamentos legais visando completá-los para o pleno atendimento do interesse público.</p> <p>(D) cria apenas normas gerais que conferem concretização às diretrizes gerais contidas na legislação aplicável.</p> <p>(E) cria tanto normas gerais quanto individuais que conferem concretização às diretrizes gerais contidas na legislação aplicável.</p>	<p>17. A mediação e a análise econômico-tarifária, a cargo do regulador, consistem, respectivamente, em</p> <p>(A) prever os problemas do setor e calibrar as tarifas, visando a uma melhor remuneração ao agente econômico regulado.</p> <p>(B) intermediar os interesses entre o Estado, os consumidores e os agentes econômicos regulados, conferindo preferência ao interesse dos primeiros em detrimento dos últimos; e fazer a revisão tarifária a pedido do agente econômico regulado.</p> <p>(C) intermediar os interesses entre o Estado, os consumidores e os agentes econômicos regulados, conferindo preferência aos interesses do primeiro, em detrimento dos últimos; e fazer a revisão tarifária a pedido do consumidor.</p> <p>(D) ouvir e desvendar os interesses dos participantes do setor regulado (consumidores, agentes regulados e Estado) visando a criar ou viabilizar a criação de opções para que eles próprios possam encontrar soluções satisfatórias aos conflitos existentes e avaliar os preços públicos cobrados para a realização da atividade econômica regulada à luz da cláusula <i>rebus sic stantibus</i> e da menor onerosidade aos consumidores.</p> <p>(E) ouvir e desvendar os interesses dos participantes do setor regulado (consumidores, agentes regulados e Estado) visando a criar ou viabilizar a criação de opções para que eles próprios possam encontrar soluções satisfatórias aos conflitos existentes e avaliar os preços públicos cobrados para a realização da atividade econômica regulada à luz da cláusula <i>pacta sunt servanda</i> e da menor onerosidade aos consumidores.</p>
<p>15. Ao regular o setor a que foi destinada, a agência reguladora tem por finalidade</p> <p>(A) limitar preços, dividir os clientes e fornecedores por região geográfica.</p> <p>(B) sanear (neutralizar), ou buscar sanear (neutralizar) as falhas regulatórias do setor em que atua, visando a consecução de maior eficiência.</p> <p>(C) controlar apenas os preços, fixando uma tabela para preços máximos, em atenção ao pleno atendimento dos interesses dos consumidores e do governo.</p> <p>(D) limitar as novas outorgas visando ao máximo aproveitamento do mercado pelos agentes que já nele atuam.</p> <p>(E) aplicar a política regulatória local em atenção ao plano de metas estabelecido pelo governo, priorizando os interesses privados e individuais.</p>	

18. A independência funcional de uma agência reguladora caracteriza-se por
- (A) atuar de forma independente, sem ter que se reportar a outros órgãos e poderes, pois suas atribuições e rol de competências já estão devidamente explicitados em lei.
  - (B) possuir quadro de diretores sem mandatos fixos e quadro de funcionários com plano de carreira, permitindo a possibilidade de mobilidade *ad nutum* dos funcionários a bem do interesse público.
  - (C) atuar de forma independente, sem ter que se reportar ao poder executivo, exceto ao Presidente da República, no caso de agências reguladoras federais, e ao Governador de Estado, no caso de agências reguladoras estaduais.
  - (D) atuar de forma independente, sem ter que se reportar ao poder executivo, exceto ao Presidente da República e seu Ministro de Estado responsável pelo setor da economia regulado pela agência, no caso de agências reguladoras federais, ou ao Governador de Estado e seu Secretário de Estado responsável pelo setor da economia regulado pela agência, no caso de agências reguladoras estaduais.
  - (E) possuir quadro de diretores com mandatos fixos e quadro de funcionários com plano de carreira, afastando-se a possibilidade de mobilidade *ad nutum* a bem do interesse público.

19. A independência financeira do regulador consiste em
- (A) gerar e gerir os recursos próprios à atividade de regulação que se desenvolve, por exemplo, com a utilização dos montantes pagos a título de multas por infrações cometidas por agentes regulados.
  - (B) gerir apenas os recursos próprios à atividade de regulação que desenvolve, por exemplo, com a utilização dos montantes pagos a título de multas por infrações cometidas por agentes regulados.
  - (C) gerir os recursos provenientes das dotações orçamentárias pertinentes (estaduais, no caso de agências estaduais, e federais, no caso de agências federais) de modo a implementar os comandos legais e infra-legais visando a concretizar as atividades de agente regulador.
  - (D) administrar a destinação das verbas salariais e demais verbas como, por exemplo, os fundos de todos os funcionários da agência, visando a preservação do capital.
  - (E) implementar atividades econômicas que possam ampliar os recursos oriundos de verbas arrecadadas de entes reguladores autônomos ou de grupos econômicos de vários mercados mundiais.

20. A autonomia de uma agência reguladora consiste em
- (A) selecionar os fatos que deseja apurar para regular, fiscalizar e mediar a bem do pleno atendimento ao interesse público.
  - (B) atuar de forma independente de política de Governo e em atenção à política de Estado, nos limites da competência que lhe são legalmente outorgadas.
  - (C) atuar de forma independente de política de Estado e em atenção à política de Governo, nos limites da competência que lhe são legalmente outorgadas.
  - (D) distanciar suas ações da política do Estado e atuar exclusivamente em parceria com os Municípios, em atenção aos ditames legais e constitucionais que lhes são diretamente outorgados.
  - (E) atuar de forma independente de quaisquer políticas, precavendo-se de cobranças elevadas de tributos e parcialidade na prestação de serviços.

**SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

21. Dentre os princípios do Código de Defesa do Consumidor, segundo seu artigo 4º, além da vulnerabilidade do consumidor e da racionalização e melhoria dos serviços públicos, estão a
- (A) transparência e a inversão do ônus da prova.
  - (B) manutenção da assistência jurídica integral e gratuita e a inversão do ônus da prova.
  - (C) inversão do ônus da prova e o equilíbrio nas relações de consumo.
  - (D) harmonia e equilíbrio nas relações de consumo.
  - (E) manutenção da assistência jurídica integral e gratuita e o equilíbrio nas relações de consumo.
22. Tratando-se de vício oculto de um bem durável, com relação à decadência, o consumidor
- (A) não pode mais reclamar, pois seu direito caduca após 30 dias da aquisição.
  - (B) pode reclamar no prazo de até 90 dias a partir do momento em que ficar evidenciado o vício.
  - (C) pode reclamar no prazo de até 5 anos a partir do momento em que ficar evidenciado o vício.
  - (D) pode reclamar no prazo de até 30 dias a partir do momento em que ficar evidenciado o vício.
  - (E) não pode mais reclamar, pois seu direito caducou após 90 dias da aquisição.

<p>23. Ocorre uma suspensão abrupta de energia elétrica, por defeito em parte da rede prestadora. Em decorrência dessa suspensão, um consumidor, que teve alguns de seus utensílios domésticos inutilizados, reclamou à prestadora no vigésimo dia após o fato. A operadora não responde à reclamação. Neste caso, considerando exclusivamente as diretrizes do Código de Defesa do Consumidor em relação a acidente de consumo, este consumidor</p> <p>(A) não poderá reclamar seus direitos, se o prazo máximo de 90 dias for ultrapassado sem resposta da prestadora.</p> <p>(B) não poderá mais reclamar seus direitos, se o prazo máximo de 12 meses for ultrapassado sem resposta da prestadora.</p> <p>(C) poderá reclamar seus direitos por até 90 dias e, caso nesse período a prestadora não se manifestar, estará caracterizado seu direito a obter ressarcimento dos prejuízos.</p> <p>(D) poderá continuar reclamando seus direitos por prazo indeterminado, até que a prestadora possa lhe ressarcir os prejuízos.</p> <p>(E) poderá reclamar seus direitos no prazo de 5 anos, a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.</p>	<p>25. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, a garantia legal</p> <p>(A) e a contratual são opcionais e não se somam.</p> <p>(B) é compulsória; a contratual é opcional e não se somam.</p> <p>(C) é compulsória e a contratual é opcional e se somam.</p> <p>(D) e a contratual são compulsórias e não se somam.</p> <p>(E) e a contratual são compulsórias e se somam.</p>
<p>24. A operadora de telefonia fixa local resolve apresentar aos consumidores um novo serviço adicional de conversa simultânea com três pessoas. Para isso, incorpora o serviço às linhas de determinado bairro, comunicando aos consumidores essa alternativa de conversa, como uma novidade. Não solicita autorização dos consumidores e não menciona que após o primeiro mês, o serviço passará a ser cobrado inclusive retroativamente ao primeiro período de utilização. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, os usuários</p> <p>(A) não são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço disponibilizado, pois trata-se de amostra grátis.</p> <p>(B) não são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço no primeiro mês, mas deverão pagar obrigatoriamente a partir do segundo mês.</p> <p>(C) são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço a partir do segundo mês e retroativamente ao primeiro.</p> <p>(D) são obrigados a arcar com a cobrança pela disponibilização de pelo menos um dos meses em que o serviço foi prestado.</p> <p>(E) são obrigados a pagar de acordo com os meses de efetiva utilização do serviço disponibilizado.</p>	<p>26. O direito de arrependimento aplica-se a produtos comprados ou serviços contratados no prazo de</p> <p>(A) 30 dias, em estabelecimento comercial.</p> <p>(B) 30 dias, fora do estabelecimento comercial.</p> <p>(C) 15 dias, em estabelecimento comercial.</p> <p>(D) 7 dias, fora do estabelecimento comercial.</p> <p>(E) 7 dias, fora ou em estabelecimento comercial.</p>
<p>24. A operadora de telefonia fixa local resolve apresentar aos consumidores um novo serviço adicional de conversa simultânea com três pessoas. Para isso, incorpora o serviço às linhas de determinado bairro, comunicando aos consumidores essa alternativa de conversa, como uma novidade. Não solicita autorização dos consumidores e não menciona que após o primeiro mês, o serviço passará a ser cobrado inclusive retroativamente ao primeiro período de utilização. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, os usuários</p> <p>(A) não são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço disponibilizado, pois trata-se de amostra grátis.</p> <p>(B) não são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço no primeiro mês, mas deverão pagar obrigatoriamente a partir do segundo mês.</p> <p>(C) são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço a partir do segundo mês e retroativamente ao primeiro.</p> <p>(D) são obrigados a arcar com a cobrança pela disponibilização de pelo menos um dos meses em que o serviço foi prestado.</p> <p>(E) são obrigados a pagar de acordo com os meses de efetiva utilização do serviço disponibilizado.</p>	<p>27. A Lei nº 8.078/90 entende como consumidor</p> <p>I. Toda pessoa física ou jurídica que adquira ou utiliza produtos ou serviço como destinatário final.</p> <p>II. A coletividade de pessoas ainda que indetermináveis que haja intervindo nas relações de consumo.</p> <p>III. Todas as vítimas de um acidente de consumo.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p> <p>28. Um consumidor quer contratar serviço de transferência de chamadas com sua operadora de telefonia fixa. Ao solicitar a contratação, é informado pelo atendente que só poderá usufruir deste serviço se adquirir também o serviço de identificação de chamada. Esta prática comercial adotada pela empresa é</p> <p>(A) abusiva e configura-se venda casada.</p> <p>(B) abusiva e configura-se limitação quantitativa para fornecimento do serviço.</p> <p>(C) abusiva, se o consumidor não soubesse da condição de fornecimento do serviço.</p> <p>(D) legal, pois o consumidor foi informado a respeito da condição de fornecimento do serviço.</p> <p>(E) legal, independentemente da ciência prévia do consumidor a respeito da condição do serviço.</p>

**LEGISLAÇÃO**

29. Considerando o tratamento dispensado pela Constituição brasileira de 1988 aos bens públicos, é INCORRETO afirmar que

- (A) o domínio de ilhas fluviais e lacustres é atribuído à União ou aos Estados, consoante critério distintivo adotado pela Constituição, porém não aos Municípios.
- (B) se incluem entre os bens da União as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras e à preservação ambiental, estas assim definidas em lei.
- (C) a faixa de fronteira, de titularidade da União e definida em lei, é considerada fundamental para a defesa do território nacional.
- (D) embora se reservem bens para União e Estados, as respectivas relações de bens contempladas na Constituição não são exaustivas.
- (E) os potenciais de energia hidráulica são bens da União, à qual compete explorar o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde estão situados tais potenciais.

30. Considere as seguintes afirmações sobre o regime legal da concessão e permissão de serviços públicos:

- I. Não ofende o princípio da continuidade na prestação de serviços públicos a sua interrupção, mediante prévio aviso, por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.
- II. É incompatível com a política tarifária estabelecida em lei a diferenciação de tarifas em função dos custos provenientes do atendimento a distintos segmentos de usuários, uma vez que a modicidade de tarifas é condição para prestação de serviço adequado.
- III. No caso de descumprimento de normas contratuais pelo poder concedente, o contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, mediante ação judicial e aviso prévio quanto à interrupção ou paralisação dos serviços por ela prestados, o mesmo sendo aplicável aos contratos de permissão.
- IV. O contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas relativas ou decorrentes do contrato, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil, nos termos da legislação pertinente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

31. Com vistas à aquisição de grande quantidade de papel sulfite branco, tamanho A4, de densidade 75 g/m<sup>2</sup>, um órgão da Administração direta federal faz publicar em veículo oficial e em jornais locais de grande circulação um aviso de licitação na modalidade pregão, indicando objeto da licitação, assim como o local físico e endereço eletrônico em que está disponível o edital para consulta pelos interessados, no qual se fixa em 10 dias úteis o prazo para apresentação das propostas. Na data fixada, entregues os envelopes pertinentes pelos 5 participantes presentes, a equipe de apoio ao pregoeiro procedeu à análise dos documentos de habilitação dos participantes, dos quais 2 restaram inabilitados. Prosseguindo o certame com as demais empresas presentes, foram analisadas propostas quanto ao preço e concluída a etapa competitiva, tendo o pregoeiro declarado o vencedor. Não havendo os demais participantes manifestado intenção de recorrer, foi o objeto da licitação adjudicado ao vencedor pelo pregoeiro, seguindo-se a homologação da licitação pela autoridade competente e a respectiva lavratura de contrato. Nesse caso,

- (A) o procedimento adotado foi ilegal, uma vez que não se admite a modalidade licitatória do pregão para a aquisição pretendida pelo órgão da Administração.
- (B) a publicação do aviso de licitação não observou os requisitos estabelecidos em lei, o que, no entanto, não tem o condão de macular o procedimento, uma vez que o edital estava disponível para os interessados em meios físico e eletrônico.
- (C) houve inversão de etapas na fase externa do certame, pois, no pregão, diferentemente do que ocorre na concorrência ou na tomada de preços, a análise das propostas antecede a habilitação dos participantes.
- (D) o prazo fixado pelo edital foi inferior ao exigido em lei, devendo ser anulado o procedimento, com republicação do edital, assinalando-se novo prazo para realização da fase externa do certame.
- (E) o pregoeiro incorreu em erro, ao adjudicar o objeto da licitação ao participante declarado vencedor, antes da homologação do procedimento pela autoridade competente, o que torna nulos os atos subsequentes, inclusive o contrato.

32. No exercício de suas competências de fiscalização de atos de despesa e contratos, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará depara-se com ilegalidade em contrato celebrado por ente da Administração indireta estadual, cientificando-o para que adote as medidas necessárias ao saneamento da ilegalidade, num prazo de 30 dias. Decorrido o prazo sem que quaisquer medidas fossem tomadas, o Tribunal de Contas determina a sustação da execução do contrato, comunicando sua decisão à Assembléia Legislativa, além de aplicar ao ente da Administração multa proporcional ao dano causado ao erário estadual, em decorrência da ilegalidade apurada. Nessa hipótese, o procedimento adotado foi equivocado, pois a Constituição estadual prevê que

- (A) o Tribunal de Contas não possui competência para aplicar sanções, uma vez que não integra a estrutura do Poder Judiciário.
- (B) é da Assembléia Legislativa, e não do Tribunal de Contas, a competência para assinalar prazos à Administração quanto a ilegalidades em seus atos e contratos.
- (C) a fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas restringe-se a atos e contratos de órgãos da Administração direta estadual.
- (D) o titular da função de fiscalização é a Assembléia Legislativa, não competindo ao Tribunal de Contas tomar quaisquer decisões em casos como esse.
- (E) o Tribunal de Contas não possui competência para a sustação da execução de contratos celebrados por órgãos e entes da Administração.

<p>33. Relativamente à participação popular no exercício do poder, é INCORRETO afirmar que a Constituição do Estado do Ceará</p> <p>(A) prevê a possibilidade de qualquer cidadão denunciar irregularidades ou ilegalidades ao Tribunal de Contas do Estado, ficando a autoridade que receber a denúncia obrigada a manifestar-se sobre a matéria.</p> <p>(B) atribui ao cidadão legitimidade para postular, perante os órgãos públicos estaduais, a apuração de responsabilidade, em caso de dano ao meio ambiente, conforme disposto em lei.</p> <p>(C) estabelece que todos os órgãos públicos estaduais são acessíveis ao indivíduo, por meio de petição ou representação, na defesa de direito ou em salvaguarda cívica do interesse coletivo.</p> <p>(D) prevê que a iniciativa popular será exercida pela apresentação de projeto de lei, subscrito por um por cento de eleitorado estadual, projeto este que tramitará em regime de prioridade, para suprir eventual omissão legislativa.</p> <p>(E) aponta, expressamente, como mecanismos de participação popular no exercício do poder, a eleição para provimento de cargos representativos, o plebiscito e o referendo.</p>	<p>35. Nos termos da Constituição da República, o servidor público da administração direta, autárquica ou fundacional que for investido no mandato de Prefeito</p> <p>(A) será afastado do emprego, cargo ou função, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.</p> <p>(B) perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, havendo compatibilidade de horários.</p> <p>(C) será exonerado de seu cargo, emprego ou função, não havendo compatibilidade de horários.</p> <p>(D) terá, para todos os efeitos legais, computado o seu tempo de serviço, inclusive para fins de promoção por antiguidade ou merecimento.</p> <p>(E) perderá estabilidade, na hipótese de já a ter adquirido, ou será demitido a bem do serviço público, caso ainda esteja em estágio probatório.</p>
<p>34. Tendo decorrido metade do mandato dos membros do Conselho Diretor da ARCE, o Governador do Estado exonera um dos Conselheiros, após processo conduzido por Procurador do Estado designado, em que se garantiu ampla defesa ao Conselheiro sob investigação, diante da constatação de que sua permanência no cargo poderia afetar a independência da Agência. Assim, em ato contínuo, é nomeado pelo Governador um brasileiro naturalizado, com notório saber técnico no setor de energia elétrica, para exercer interinamente o cargo de Conselheiro, até o término do mandato iniciado por seu antecessor. Nessa hipótese, é equivocada a nomeação do novo Conselheiro, pois</p> <p>(A) não se admite a exoneração de membro do Conselho Diretor da ARCE, antes do término do mandato, por ato do Governador, como garantia da independência da Agência no exercício de sua função de ente regulador.</p> <p>(B) a nomeação deveria dar-se em caráter definitivo, sendo válida até o termo final do mandato e sujeitando-se às condições para indicação, nomeação e aprovação regulares, previstas na lei.</p> <p>(C) são condições simultâneas para a nomeação de membros do Conselho Diretor da ARCE que se trate de brasileiro, nato ou naturalizado, com notável saber jurídico, econômico ou administrativo, quesito este não preenchido no caso.</p> <p>(D) somente se admite a substituição de membro do Conselho Diretor da ARCE na hipótese de vacância do cargo decorrente de exercício de atividade político-partidária incompatível com as atribuições de Conselheiro.</p> <p>(E) o processo de apuração da falta imputada ao Conselheiro deveria ser conduzido pessoalmente pelo Procurador-Geral do Estado, regra esta cuja inobservância acarreta a nulidade da exoneração do Conselheiro e, subseqüentemente, da vacância e do novo preenchimento do cargo.</p>	<p>36. Considere as seguintes afirmações sobre as competências legais da ARCE:</p> <p>I. Embora seja atribuição básica da ARCE o atendimento ao usuário, compreendendo o recebimento e processamento de reclamações relacionadas com a prestação de serviços públicos delegados, não lhe compete reprimir eventuais infrações aos direitos dos usuários, competência esta específica do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.</p> <p>II. Compete à ARCE estabelecer tarifas ou parâmetros tarifários que reflitam o mercado e os custos reais, de padrão, de modo a, concomitantemente, incentivar os investimentos privados e propiciar a razoabilidade e modicidade das tarifas aos usuários.</p> <p>III. No exercício de suas atribuições de fiscalização de contratos de concessão e termos de permissão de serviços públicos, é permitido à ARCE aplicar sanções, como a suspensão temporária de participação em licitações, intervenção administrativa e até mesmo a extinção da concessão ou permissão.</p> <p>IV. O rol de competências legais da ARCE é exaustivo, não se admitindo a prática por esta de atos outros, ainda que relacionados com sua finalidade, sem a expressa previsão legal.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>



LÍNGUA INGLESA

**Instruções:** Considere o texto a seguir para responder às questões de números 37 a 44.

*After nearly a decade of trying, Wal-Mart never cracked the country – failing to become the all-in-one shopping destination for Germans that it is for so many millions of Americans. Wal-Mart's problems are not limited to Germany. The retail giant has struggled in countries like South Korea and Japan as it discovered that its formula for success – low prices, zealous inventory control and a large array of merchandise – did not translate to markets with their own discount chains and shoppers with different habits.*

*Some of Wal-Mart's problems stem from being a uniquely powerful American enterprise trying to impose its values around the world. At Wal-Mart's headquarters in Bentonville, Ark., however, the message from these missteps is now registering loud and clear.*

*Among other things, Wal-Mart now cares (37) whether its foreign stores carry the name derived from its founder, Sam Walton, as the German Wal-Marts do. Seventy percent of Wal-Mart's international sales come from outlets with names like Asda in Britain, Seiyu in Japan or Bompreço in Brazil. Far from being chastened by its setbacks, Wal-Mart is forging ahead with an aggressive program of foreign acquisitions. In a single week last fall, Wal-Mart completed the purchase of the Sonae chain in Brazil, bought a controlling stake in Seiyu of Japan, and became a partner in the Carcho chain in Central America.*

*Starting from scratch 14 years ago, Wal-Mart International [TO GROW] into a \$63 billion business. It is the fastest-growing part of Wal-Mart, with nearly 30 percent sales growth in June, compared with the same month last year. Even subtracting one-time gains from acquisitions, it grew at nearly 12 percent, about double the rate of Wal-Mart's American stores.*

*Sustaining that pace is critical for Wal-Mart, because high fuel prices have helped sap the buying power of Americans. In June, store traffic in its home market declined. Wal-Mart estimated that its sales in the United States in stores open at least one year would increase only 1 percent to 3 percent in July.*

*Another problem that has afflicted Wal-Mart in several countries is its inability to compete with established discounters. The obvious lesson is to try to bulk up. In Brazil, Wal-Mart opened only 25 stores in its first decade there and struggled to compete against bigger local rivals. Then, in 2004, it bought Bompreço, giving it a presence in the country's poor, but fast-growing, northeast.*

*Wal-Mart did not change the names of the stores, which range from neighborhood grocers to large American-style hypermarkets. But with 295 stores in Brazil, Wal-Mart now ranks third in the market, after Carrefour of France and the market leader, Companhia Brasileira de Distribuição.*

(Adapted from an article by Mark Landler and Michael Barbaro published in the New York Times, August 2, 2006)

37. A palavra que preenche corretamente a lacuna é
- (A) much.
  - (B) more.
  - (C) most.
  - (D) less.
  - (E) least.

38. A forma correta de [TO GROW], no 4º parágrafo, é
- (A) has grown.
  - (B) grows.
  - (C) had grown.
  - (D) was grown.
  - (E) was growing.

39. No 1º parágrafo, a palavra country, sublinhada no texto, refere-se
- (A) aos Estados Unidos.
  - (B) à Alemanha.
  - (C) ao interior dos Estados Unidos.
  - (D) à Coréia do Sul.
  - (E) ao Japão.

40. Do trecho the message from these missteps is now registering loud and clear, no 2º parágrafo, infere-se que a Wal-Mart
- (A) vai assumir uma estratégia de expansão mais agressiva na Europa.
  - (B) está recebendo claros sinais de que sua estratégia internacional está sendo bem-sucedida.
  - (C) está se dando conta de seus erros no estrangeiro.
  - (D) está com problemas na matriz, em Bentonville, Arkansas.
  - (E) é a única empresa que tem problemas em se expandir no mundo.

41. A synonym for sap in the 5th paragraph of the text is
- (A) diminish.
  - (B) balance.
  - (C) increase.
  - (D) level.
  - (E) boost.

42. É INCORRETO afirmar que a Wal-Mart
- (A) iniciou suas operações internacionais há 14 anos.
  - (B) International movimentou 63 bilhões de dólares.
  - (C) International teve um crescimento de quase 30% nas vendas no mês de junho deste ano.
  - (D) International já está faturando o equivalente à metade da receita de suas lojas nos Estados Unidos.
  - (E) não está tendo um desempenho satisfatório no Estados Unidos.

43. Segundo o texto,
- (A) a Wal-Mart iniciou suas operações no Brasil em 2004.
  - (B) a aquisição da rede Bompreço não deu os resultados imediatos esperados.
  - (C) a Wal-Mart dá preferência à aquisição de grandes redes de supermercados, em detrimento de lojas menores.
  - (D) o sucesso da Wal-Mart no estrangeiro deve-se a seus preços competitivos em relação às redes locais.
  - (E) a expansão da Wal-Mart no Brasil já lhe garantiu o terceiro lugar no mercado.

44. The best title for the above text is
- (A) Wal-Mart is cutting down on international expansion.
  - (B) Wal-Mart finds that its formula doesn't fit every culture.
  - (C) Wal-Mart is struggling to change shopping habits overseas.
  - (D) Wal-Mart sees all-time financial loss at home.
  - (E) Wal-Mart is on its way to recover German market.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I**

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

45. Em licitação conduzida sob a modalidade de convite, um dos participantes deseja impugnar os termos do instrumento convocatório. Para tanto, poderá fazê-lo até o prazo máximo de
- (A) 5 dias úteis anteriores à abertura dos envelopes de habilitação.
  - (B) 5 dias úteis anteriores à abertura dos envelopes com as propostas.
  - (C) 3 dias úteis anteriores à abertura dos envelopes de habilitação.
  - (D) 2 dias úteis anteriores à abertura dos envelopes com as propostas.
  - (E) 1 dia útil anterior à abertura dos envelopes com as propostas.

46. As sociedades de economia mista
- (A) dispensam lei específica para sua constituição, bastando o registro de seus atos constitutivos na Junta Comercial.
  - (B) podem assumir qualquer forma jurídica, desde que tenham caráter empresarial, tal como definido pelo Código Civil.
  - (C) são definidas como sociedades anônimas que possuem participação acionária de pessoa jurídica de direito público.
  - (D) necessariamente ostentam personalidade jurídica de direito público, independentemente da atividade exercida.
  - (E) têm seu controle acionário detido por entidade integrante da Administração e não se sujeitam ao regime geral de falência aplicável às sociedades empresárias.

47. O servidor público ocupante de cargo em comissão
- (A) poderá cumular cargos livremente, mesmo que não exerça cargo de professor ou de natureza técnica ou científica.
  - (B) é remunerado por meio de subsídio, que compreenderá todas as parcelas remuneratórias, sendo-lhe vedado receber qualquer espécie de adicional.
  - (C) exerce funções de direção, chefia e assessoramento, sendo vedada a sua nomeação para outras funções privativas de cargos de provimento efetivo.
  - (D) é necessariamente servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, ao qual foram atribuídas funções de confiança.
  - (E) poderá ter seus vencimentos superiores aos dos ocupantes de cargos correlatos nos demais Poderes, ou vencimentos vinculados aos de outros cargos do mesmo Poder.

48. A imposição de limitações administrativas ao direito de propriedade, como expressão do poder de polícia administrativa,
- (A) incumbe apenas ao Município, no exercício de sua competência de ordenação de seu território urbano.
  - (B) poderá gerar indenização ao proprietário, se as limitações esvaziarem o conteúdo do direito de propriedade, ou se não forem impostas em caráter genérico.
  - (C) é inconstitucional, tendo em vista que o direito de propriedade é constitucionalmente garantido e, como direito individual, é absoluto e perpétuo.
  - (D) cabe apenas nas hipóteses específicas previstas na Constituição, tais como a ocupação administrativa e a requisição.
  - (E) regula-se pelas regras legais aplicáveis à desapropriação, inclusive quanto à imprescindibilidade de declaração judicial.

49. Determinada empresa, concessionária de serviço público de gás canalizado, realiza espontaneamente investimentos na substituição das redes de distribuição, investimentos estes necessários para a manutenção da execução do serviço com a qualidade exigida pelo Poder concedente. O prazo previsto para a amortização dos investimentos é de 5 anos, embora o contrato de concessão tenha vigência por apenas mais 2 anos. Terminada a vigência, a rede de distribuição será revertida ao Poder concedente e o contrato de concessão é omissivo com relação aos novos investimentos. Nesta hipótese, a concessionária tem direito de
- (A) obter, ao final do termo contratual, indenização pelos investimentos efetuados e ainda não amortizados.
  - (B) obter, ao final do termo contratual, indenização integral pelos investimentos efetuados, mesmo que já amortizados.
  - (C) pleitear a rescisão do contrato de concessão, se o Poder concedente se negar a contribuir com os investimentos, durante o prazo do contrato.
  - (D) reter os bens integrantes da rede de distribuição, se ao final do prazo contratual não lhe for paga a indenização eventualmente cabível.
  - (E) manter a exploração da concessão, independentemente de nova licitação, enquanto os investimentos efetuados não forem completamente amortizados.

50. Dentre as possíveis sanções pela prática de atos de improbidade administrativa NÃO se inclui
- (A) a suspensão dos direitos políticos.
  - (B) o pagamento de multa civil.
  - (C) a proibição de contratação com a Administração.
  - (D) o ressarcimento do dano causado, se houver.
  - (E) o confisco de bens equivalentes ao dano causado, se houver.

<p>51. A desapropriação das áreas contíguas ao desenvolvimento da obra a que se destina poderá ser efetuada, desde que estas áreas</p> <p>(A) apresentem valorização extraordinária e estejam compreendidas no decreto de desapropriação.</p> <p>(B) apresentem valorização extraordinária e sejam destinadas à revenda.</p> <p>(C) estejam compreendidas no decreto de desapropriação e sejam incluídas no projeto da obra.</p> <p>(D) apresentem valorização extraordinária e sejam incluídas no projeto da obra.</p> <p>(E) estejam compreendidas no decreto de desapropriação e sejam destinadas à revenda.</p>	<p>55. Proposta de Emenda à Constituição subscrita por 30 Senadores, com o propósito de tornar o alistamento eleitoral e o voto obrigatórios para os maiores de 16 anos e facultativos para os maiores de 14 e menores de 16 anos, é submetida à apreciação do Senado Federal, sendo aprovada por 3/5 de seus membros, em cada um dos dois turnos de votação. Ao ser encaminhada à Câmara dos Deputados, no entanto, referida proposta é rejeitada em primeiro turno de votação, por não atingir o quórum de aprovação estabelecido na Constituição, sendo assim arquivada. Nessa hipótese, a proposta de emenda</p> <p>(A) deveria ter iniciado seu trâmite pela Câmara dos Deputados, e não pelo Senado Federal, padecendo, por isso, de vício de inconstitucionalidade formal.</p>
<p>52. De acordo com a Lei nº 9.784/99, os atos administrativos que apresentarem vícios ou defeitos</p> <p>(A) deverão ser obrigatoriamente anulados, ainda que esses defeitos sejam considerados sanáveis.</p> <p>(B) poderão ser anulados, salvo se deles decorrerem efeitos favoráveis a particulares.</p> <p>(C) poderão ser convalidados, se os defeitos forem sanáveis e se a convalidação não acarretar prejuízos a terceiros ou ao interesse público.</p> <p>(D) poderão ser anulados, a critério discricionário da Administração, no prazo máximo de 5 anos a contar da prática do ato.</p> <p>(E) poderão ser anulados, providência que depende de decisão judicial, provocada pela própria Administração.</p>	<p>(B) padece de vício de iniciativa, na medida em que a Constituição exige que a proposta seja apresentada, no mínimo, por 54 Senadores.</p> <p>(C) foi arquivada em afronta ao procedimento de reforma estabelecido na Constituição, em que se exige a votação em dois turnos, em cada Casa do Congresso Nacional.</p> <p>(D) padece de vício de inconstitucionalidade material, por afrontar limite imposto como cláusula pétrea ao poder de reforma constitucional.</p>
<p>53. A alienação de bens tombados</p> <p>(A) é permitida, livremente.</p> <p>(B) é permitida, desde que com autorização prévia da autoridade competente.</p> <p>(C) é permitida, desde que mediante autorização legislativa.</p> <p>(D) é permitida, desde que observado o direito de preferência em favor do Poder Público.</p> <p>(E) não é permitida.</p>	<p>(E) não poderá ser apresentada novamente na mesma sessão legislativa, ainda que mediante requerimento da maioria absoluta dos membros de uma das Casas do Congresso Nacional.</p>
<p style="text-align: center;"><b>DIREITO CONSTITUCIONAL</b></p> <p>54. Nos termos da Constituição da República, a responsabilização política do Presidente da República depende</p> <p>(A) do cometimento de crime de responsabilidade, definido na parte especial do Código Penal, e julgamento perante as Casas do Congresso Nacional, em reunião conjunta extraordinária.</p> <p>(B) de autorização por 2/3 dos membros da Câmara dos Deputados, sendo ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, funcionando como Presidente deste o do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) do cometimento de crime comum, definido em lei especial, que estabelecerá, ainda, as normas respectivas de processamento e julgamento perante as Casas do Congresso Nacional.</p> <p>(D) do recebimento de denúncia pelo Supremo Tribunal Federal, ficando o Presidente da República suspenso do exercício de suas funções pelo prazo máximo de 180 dias.</p> <p>(E) da prática de ato atentatório à existência da União ou à segurança interna do País, uma vez autorizada a instauração do processo pela maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal.</p>	<p>56. Sobre a tutela constitucional do direito ao meio ambiente, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a Floresta Amazônica brasileira é patrimônio nacional, devendo sua utilização dar-se, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.</p> <p>(B) condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.</p> <p>(C) são indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.</p> <p>(D) é condição para a instalação de usinas que operem com reator nuclear a definição de sua localização em lei federal, admitido o exercício de competência legislativa supletiva plena pelo Estado, se inexistente lei federal para tanto.</p> <p>(E) incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.</p>

<p>57. Em decorrência das limitações constitucionais ao poder de tributar, é conduta vedada aos entes da Federação</p> <p>(A) o estabelecimento de limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, sem ressalvas, como garantia ao direito fundamental à liberdade de locomoção.</p> <p>(B) a instituição de imposto incidente sobre o patrimônio, renda e serviços de autarquia, desde que vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.</p> <p>(C) a cobrança de tributos antes de decorridos 90 dias da data em que foi publicada a lei que os instituiu, observada, ainda, a anterioridade anual, exceção feita à fixação da base de cálculo do imposto sobre transmissão de bens <i>causa mortis</i>.</p> <p>(D) a instituição de imposto sobre quaisquer bens ou serviços de partidos políticos, entidades sindicais de trabalhadores e templos de qualquer culto.</p> <p>(E) a atribuição, a sujeito passivo de obrigação tributária, da condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.</p>	<p>60. Considere as afirmações, a seguir, sobre o regime constitucional do direito de propriedade:</p> <p>I. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada, em qualquer hipótese, indenização posterior ao proprietário.</p> <p>II. Depreende-se da Constituição que a pequena propriedade rural poderá ser objeto de penhora para pagamento de débitos, desde que não seja trabalhada pela família.</p> <p>III. A Constituição admite hipótese de desapropriação por interesse social em que excepciona a regra da indenização justa e prévia em dinheiro.</p> <p>IV. Aquele que possuir como sua área urbana de até 350 m<sup>2</sup>, por 5 anos ininterruptos, para fins de moradia, adquirir-lhe-á por usucapião, desde que não seja proprietário de outro imóvel.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>58. Considera-se mecanismo de controle de constitucionalidade político repressivo, no sistema brasileiro,</p> <p>(A) a sustação, por decreto legislativo, dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa.</p> <p>(B) a arguição de descumprimento de preceito fundamental, proposta perante o Supremo Tribunal Federal, nos termos de legislação específica.</p> <p>(C) a autorização de referendo e a convocação de plebiscito pelo Congresso Nacional, independentemente de sanção presidencial.</p> <p>(D) a resolução do Senado Federal que suspende a execução, no todo ou em parte, de ato normativo declarado inconstitucional por decisão judicial.</p> <p>(E) o mandado de segurança impetrado por Deputado Federal em face de proposta de Emenda à Constituição que viole cláusula pétreia.</p>	
<p>59. Na hipótese de a República Federativa do Brasil vir a ser signatária de tratado internacional em que se vede a prisão civil por dívidas, sem quaisquer ressalvas, o referido tratado</p> <p>(A) será incompatível com a Constituição, por afronta a cláusula pétreia, sendo por isso passível de controle por meio de ação direta de inconstitucionalidade.</p> <p>(B) integrar-se-á ao ordenamento jurídico nacional em nível supraconstitucional, na medida em que versa sobre matéria de direitos fundamentais.</p> <p>(C) terá aplicação imediata no ordenamento jurídico nacional, independentemente de aprovação pelo Congresso Nacional, por se tratar de norma definidora de direito fundamental.</p> <p>(D) ingressará no ordenamento jurídico nacional em nível infraconstitucional, não se submetendo, no entanto, a controle de constitucionalidade, por versar sobre direito fundamental.</p> <p>(E) será equivalente a emenda constitucional, desde que aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em 2 turnos, por 3/5 dos votos de seus respectivos membros.</p>	<p>61. Dispunha a Constituição brasileira de 1824, em seu artigo 178: “É só Constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos Poderes Políticos e aos Direitos Políticos e individuais dos Cidadãos. Tudo o que não é Constitucional pode ser alterado sem as formalidades referidas [em procedimento descrito nos artigos 174 a 177 da Constituição], pelas Legislaturas ordinárias.” (grafia atualizada).</p> <p>O dispositivo acima transcrito evidencia que a Constituição do Império, quanto à estabilidade de suas normas, era</p> <p>(A) outorgada, ao passo que a Constituição brasileira de 1988 é democrática.</p> <p>(B) semi-rígida, ao passo que a Constituição brasileira de 1988 é rígida.</p> <p>(C) histórica, ao passo que a Constituição brasileira de 1988 é dogmática.</p> <p>(D) sintética, ao passo que a Constituição brasileira de 1988 é analítica.</p> <p>(E) flexível, ao passo que a Constituição brasileira de 1988 é super-rígida.</p>

62. Editado sob a égide da Constituição de 1946, o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, em seu artigo 2º, excluía da apreciação judicial “os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução e pelo Governo federal, com fundamento no Ato Institucional de 9 de abril de 1964, no presente Ato Institucional e nos atos complementares deste”. Eventual texto normativo que, sob a égide da Constituição de 1988, pretendesse introduzir regra semelhante no ordenamento jurídico brasileiro, relativamente a atos praticados pelo Governo federal,
- (A) somente seria admissível mediante Emenda à Constituição, na medida em que é expressamente vedado a normas infraconstitucionais excluir quaisquer atos da apreciação do Poder Judiciário.
- (B) seria conforme à Constituição, desde que a exclusão à apreciação judicial se restringisse a atos cujo sigilo fosse imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- (C) deveria prever que os atos praticados pelos Governos das esferas estaduais e municipais gozariam do mesmo *status*, sob pena de inconstitucionalidade, por ofensa à forma federativa de Estado.
- (D) somente estaria apto a produzir efeitos na hipótese de o Presidente da República, nos termos da Constituição, convocar plebiscito, para manifestação direta dos titulares do poder.
- (E) seria inconstitucional, por abolir direito fundamental, objeto de tutela reforçada na Constituição contra os poderes constituídos do Estado.

**DIREITO CIVIL**

63. Nem sempre as leis contêm disposições suficientes para a solução dos problemas jurídicos, sendo, por isto, necessário socorrer-se de outros meios consagrados pela doutrina e, dois, entre os quais, Rubens Limongi França define, um como “a aplicação de um princípio jurídico regulador de certo fato a outro fato não regulado mas semelhante ao primeiro” e outro como o “princípio semelhante à justiça, concernente aos casos concretos”.

(Instituições de Direito Civil, p. 39, 41, 2ª edição, Saraiva, 1991)

As definições acima correspondem, respectivamente:

- (A) aos princípios gerais de direito e à analogia.
- (B) à analogia e à equidade.
- (C) à equidade e à analogia.
- (D) aos princípios gerais de direito e à equidade.
- (E) à analogia e aos princípios gerais de direito.
64. Têm personalidade jurídica de direito público as
- (A) associações públicas e as autarquias.
- (B) autarquias e todas as fundações.
- (C) empresas públicas e as associações públicas.
- (D) associações públicas e as sociedades de economia mista.
- (E) empresas públicas e as autarquias.
65. A pessoa natural, que não tenha residência habitual,
- (A) terá por domicílio o último local onde manteve residência fixa.
- (B) também não tem domicílio.
- (C) terá por domicílio o lugar em que for encontrada.
- (D) será considerada domiciliada sempre no Distrito Federal.
- (E) será considerada domiciliada sempre na Capital do Estado, onde teve a última residência fixa.

66. A indivisibilidade dos bens
- (A) não pode decorrer da vontade das partes, se os bens forem legal e naturalmente divisíveis.
- (B) só pode decorrer de sua natureza ou de disposição legal.
- (C) não pode ser estabelecida em lei, se forem naturalmente divisíveis.
- (D) só pode decorrer de sua natureza.
- (E) pode decorrer da vontade das partes, mas se os bens tiverem sido objeto de doação, não poderá exceder de 5 anos a indivisão estabelecida pelo doador.

67. Haverá nulidade absoluta, quando o negócio jurídico for
- (A) realizado em estado de perigo.
- (B) praticado por agente absoluta ou relativamente incapaz.
- (C) realizado em fraude à lei imperativa ou em fraude contra credores.
- (D) simulado, entretanto, a lei não veda o negócio fiduciário.
- (E) eivado de erro de Direito.

68. Não se considera ilícito, mas acarreta a obrigação de o agente indenizar o dano, o ato praticado
- (A) em estado de necessidade, salvo se a pessoa lesada for culpada do perigo.
- (B) com abuso de direito, por exceder manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social.
- (C) em legítima defesa.
- (D) no exercício regular de um direito reconhecido.
- (E) sem culpa do agente, desde que ocasionado dano, porque a lei vigente reconhece, em qualquer circunstância, a responsabilidade civil objetiva.

69. Podem ser objeto de hipoteca
- (A) somente os bens imóveis por natureza e seus acessórios conjuntamente com eles.
- (B) os automóveis e os navios.
- (C) as estradas de ferro e as aeronaves.
- (D) os títulos de crédito.
- (E) os bens móveis e imóveis.

70. O crédito, uma vez penhorado, não pode mais ser transferido pelo credor que tiver conhecimento da penhora,
- (A) e o devedor que o pagar, se tiver sido notificado dela, responde pela dívida do executado, ainda que superior ao crédito penhorado.
- (B) e o devedor que o pagar, ainda que não tenha conhecimento da penhora, fica obrigado a depositar em Juízo outro tanto, equivalente ao que pagou, para substituir a garantia da execução.
- (C) mas o devedor que o pagar, mesmo notificado dela, fica exonerado, desde que o credor não seja insolvente.
- (D) mas o devedor que o pagar, não tendo notificação dela, fica exonerado, subsistindo somente contra o credor os direitos de terceiro.
- (E) contudo não há qualquer sanção para o devedor ainda que tenha tido conhecimento da penhora, se pagá-lo ao cessionário, sendo a responsabilidade exclusivamente deste.

<p>71. Ocorrendo alienação do estabelecimento comercial,</p> <p>(A) os efeitos quanto a terceiros independem de averbação à margem da inscrição do empresário ou da sociedade empresária no Registro Público de Empresas Mercantis, porque a personalidade jurídica é do empresário e não da empresa.</p> <p>(B) não havendo expressa vedação no contrato, o alienante do estabelecimento poderá, decorridos dois anos, fazer concorrência ao adquirente.</p> <p>(C) o adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o dever primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.</p> <p>(D) mesmo que o alienante tenha bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação depende do pagamento de todos os credores.</p> <p>(E) salvo disposição em contrário no contrato, a transferência jamais importará a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento.</p>	<p>74. Em matéria de responsabilidade tributária por sucessão, são pessoalmente responsáveis:</p> <p>(A) o arrematante de bem imóvel, no caso de arrematação em hasta pública, pelos tributos devidos por fatos geradores anteriores à arrematação.</p> <p>(B) o sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo <i>de cuius</i> até a data da partilha ou adjudicação, limitada a responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou meação.</p> <p>(C) o alienante de bem imóvel, no caso de ter assumido em escritura pública a obrigação por tributo relativo a fato gerador acontecido antes da transmissão, quando não houver prova de quitação de tributos.</p> <p>(D) o adquirente, em hasta pública, de estabelecimento comercial ou fundo de comércio, em processo de falência, por tributos devidos até a data da aquisição.</p> <p>(E) os representantes de pessoas jurídicas de direito privado, por todos os tributos devidos pela empresa, resultantes de atos praticados no regular exercício de suas atividades.</p>
<p style="text-align: center;"><b>DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO</b></p> <p>72. Através de decreto do Presidente da República é possível, dentro dos limites legais e sem obediência aos princípios da anterioridade e da noventena a majoração de alíquotas do imposto</p> <p>(A) de importação e imposto de renda.</p> <p>(B) de exportação e imposto sobre a propriedade territorial rural.</p> <p>(C) sobre produtos industrializados e imposto sobre operações de crédito.</p> <p>(D) sobre produtos industrializados e imposto de renda.</p> <p>(E) sobre operações de crédito e imposto de importação.</p>	<p>75. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho e do acidente do trabalho. Na falência, o crédito tributário</p> <p>(A) não prefere aos créditos extraconcursais, decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso da falência.</p> <p>(B) prefere aos créditos com garantia real, independentemente do momento da oneração.</p> <p>(C) prefere às multas tributárias, ainda que relativas aos créditos subordinados.</p> <p>(D) prefere às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar.</p> <p>(E) não prefere aos créditos trabalhistas, qualquer que seja o valor destes.</p>
<p>73. Cabe à lei complementar, em matéria tributária, EXCETO</p> <p>(A) instituir empréstimo compulsório.</p> <p>(B) instituir imposto residual.</p> <p>(C) regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.</p> <p>(D) instituir imposto extraordinário.</p> <p>(E) estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre prescrição e decadência.</p>	<p>76. Nos termos do Código Tributário Nacional o lançamento é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, dentre outros fins. O lançamento</p> <p>(A) de ofício ou direto é aquele em que o sujeito passivo paga antecipadamente o tributo, antes de qualquer medida de fiscalização por parte do Fisco.</p> <p>(B) misto ou por declaração é aquele em que o Fisco lavra auto de infração e imposição de multa (AIIM), sem qualquer participação do sujeito passivo.</p> <p>(C) por homologação ou autolancamento ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.</p> <p>(D) não pode ser modificado, em qualquer hipótese, após ter sido o sujeito passivo regularmente notificado; mas caberá sua anulação, recomeçando do início o prazo prescricional.</p> <p>(E) deve ser realizado em 5 anos a contar da notificação válida feita ao sujeito passivo ou, da data do vencimento do tributo ou, ainda, se tiver havido impugnação administrativa, da data da decisão administrativa irrecorrível.</p>

77. Sobre as causas de suspensão, extinção e exclusão do crédito é correto afirmar que

- (A) a moratória é a causa de extinção do crédito tributário que ocorre quando o Fisco concede o perdão da multa tributária.
- (B) a compensação é causa de exclusão do crédito tributário em que a lei exige a existência de créditos e débitos de mesma natureza, ainda que de entes diferentes.
- (C) a dação em pagamento é causa de extinção do crédito tributário e pode ser feita diretamente nos autos da execução fiscal, bastando que o procurador aceite o bem, móvel ou imóvel.
- (D) o mandado de segurança é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, bastando que seja recebido para gerar este efeito.
- (E) a anistia é causa de exclusão do crédito tributário, abrangendo exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando aos atos qualificados em lei como crimes.

78. Classificam-se como receitas originária e derivada, respectivamente,

- (A) laudêmio, na enfiteuse e taxa de ocupação de terreno de marinha.
- (B) preço pela utilização de bem público e taxa de polícia.
- (C) imposto e foro de terreno de marinha.
- (D) contribuição de melhoria e pedágio.
- (E) multa administrativa e empréstimo compulsório.

79. Taxa e preço público são institutos distintos. A taxa

- (A) é um tributo decorrente de atividade prestada de forma direta pelo Poder Público; enquanto o preço público ou tarifa remunera o concessionário de serviço público.
- (B) é classificada como receita originária; enquanto o preço público como receita derivada.
- (C) e o preço público podem ser cobrados por pessoas jurídicas de direito privado mesmo quando estas não sejam delegadas de serviço público.
- (D) remunera exercício de serviço outorgado a particular; enquanto o preço público decorre de exercício de atividade prestada exclusivamente pelo Poder Público.
- (E) não depende de lei para ser instituída ou majorada, ao contrário do preço público, que se submete ao princípio da legalidade.

80. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de uma agência reguladora federal, pelo controle externo, será feita pelo Congresso Nacional com o auxílio do

- (A) Ministério Público Federal.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Banco Central.
- (D) Tribunal de Contas da União.
- (E) Ministério da Fazenda.